

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: REFLEXÕES ACERCA DE SUA ESPECIFICIDADE¹

Ivan Carlos Bagnara², Paulo Evaldo Fensterseifer³.

¹ Trabalho de pesquisa em desenvolvimento no PPGEC - Doutorado em Educação nas Ciências

² Discente do Curso de Doutorado em Educação nas Ciências do PPGEC da UNIJUI.

³ Professor do PPGEC - Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências da UNIJUI.

1. Aspectos introdutórios

Educação Física (EF): qual sua especificidade no contexto escolar? O questionamento que dá início a este trabalho, tem ocupado grande parte de nossos pensamentos e reflexões ao longo dos últimos anos. Tentar compreender melhor a função deste componente curricular (LDBEN 9394/96) na perspectiva de uma disciplina educativa é premissa básica para poder planejar e desenvolver projetos de EF conectados com os documentos escolares (Projeto Político Pedagógico, por exemplo) que possam contribuir com a especificidade da educação escolar e, ao mesmo tempo, legitimar a EF enquanto uma disciplina escolar que possui saberes específicos a ensinar, e que se não forem tematizados por ela, não serão por nenhuma outra disciplina (BRASIL, 2015) deixando lacunas e provocando prejuízos ao processo formativo dos escolares.

Nesse sentido, temos destinado esforços nos últimos anos, na tentativa de “levantar lebres” para poder compreender melhor os diversos contextos, possibilidades e entraves que a EF escolar (EFE) e seus atores/autores têm enfrentado neste percurso legitimador. Em outras palavras, da mesma forma que tratado em outros textos (BAGNARA, 2014; 2015; BAGNARA E FENSTERSEIFER, 2016 – no prelo) temos buscado subsídios para entender melhor o processo de transição entre o “não mais” e o “ainda não” (GONZÁLEZ E FENSTERSEIFER, 2009; 2010) pelo qual a EFE e seus protagonistas estão passando. E, junto a isso, buscar compreender melhor como se dão os processos formativos dos professores de EF na Formação Inicial, tendo como fio condutor os enfrentamentos realizados pelos professores de EF na escola, que buscam desenvolvê-la na perspectiva de um componente curricular como apontam os marcos legais.

A transição entre o “não mais” e o “ainda não” assume um caráter de ruptura paradigmática, pois é preciso romper com o “tradicionalismo” da EFE. González e Fensterseifer (2009) afirmam que essa ruptura com a tradição, do “exercitar para”, colocou à EF e seus protagonistas a necessidade de reinventar o seu espaço na escola, agora com o caráter de uma disciplina escolar, na forma de um componente curricular, responsável por um conhecimento específico, subordinado a funções sociais de uma escola republicana, comprometida com a necessidade que as novas gerações têm de conhecimentos capazes de potencializá-los para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Diante do exposto, o objetivo deste ensaio é refletir acerca da especificidade da EFE enquanto um componente curricular na perspectiva de uma disciplina educativa tomando como pano de fundo a escola republicana e democrática.

2. Metodologia

Este ensaio se caracteriza como um estudo bibliográfico.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

3. Resultados e discussões

Antes de iniciar o debate acerca do aspecto central deste estudo (especificidade da EFE), é necessário pontuar, mesmo que de forma breve, o que entendemos por uma escola republicana e democrática. De pronto, na mesma perspectiva de Bagnara e Fensterseifer (2016 - no prelo) compreendemos tal escola como sendo pensada e implementada tendo como pano de fundo os preceitos básicos da república. Ribeiro (2008), afirma que antes de mais nada, na república, o bem público se sobrepõe ao privado, ou seja, devemos sacrificar as vantagens particulares e até os afetos pessoais em prol do bem comum. Nesse sentido, “a república prevalece sobre qualquer sentimento, qualquer elo privado” (p. 14). E continua o autor: “república vem de res publica, coisa pública. [...] O poder aqui está a serviço do bem comum, da coisa coletiva ou pública. [...] na república não se busca a vantagem de um de poucos, mas a do coletivo (p. 18-19). Ou seja, dentre outras coisas, primando pelo bem comum: o bem do coletivo deve prevalecer sobre os interesses particulares. De acordo com Maamari:

A escola republicana traz no centro o conceito de humanidade, possível de ser alcançado por meio da emancipação intelectual que realiza, sem implicar algo parcial ou definitivamente adquirido. Desde seu surgimento a escola republicana provoca incômodo e isto pode ser justificado pela distância que ela deve assumir diante dos poderes político, religioso, econômico e midiático. É por isso que a transmissão dos saberes e o exercício da razão, que são as maiores finalidades desta escola, até os nossos dias contam com alguma oposição (2009, p. 79).

Para Fensterseifer (2013), no interior da escola republicana, todos os componentes curriculares devem responder pelo seu caráter público no modo como lidam com o conhecimento e com as diversas relações sociais que acontecem neste espaço. Isso implica, em primeiro lugar, não se limitar unicamente a reproduzir os sentidos e significados encarnados pelas diferentes manifestações culturais, mas sim, tematizá-los, desnaturalizá-los, evidenciando toda a pluralidade de sentidos e significados que os indivíduos podem produzir nos diversos contextos. E, isso se dá, na EF, dentre outras questões, pela forma como os professores desenvolvem sua intervenção pedagógica.

Com relação à prática pedagógica, o significado que a mesma pode assumir é variável. Verdum (2013, p. 94) afirma que a prática pedagógica “consiste em algo que não pode ser definido, apenas concebido, mudando conforme os princípios em que estiver baseada a nossa ideia”. Dessa forma, procurando não definir, mas apresentar alguns apontamentos acerca da concepção de prática pedagógica no âmbito deste estudo, podemos dizer que a mesma é considerada como a forma com que os professores ministram suas aulas. Nesse caso, poderia assumir uma relação muito próxima de metodologia de aula ou de abordagem pedagógica para o desenvolvimento dos conteúdos escolares: ou seja, a prática pedagógica nesta ótica explicita a intencionalidade pedagógica do professor.

Nesse sentido, uma situação que permeou e ainda permeia alguns contextos da EF no âmbito escolar é o abandono docente. O fenômeno do abandono do trabalho docente pode ser caracterizado como o tipo de atuação daqueles profissionais que não apresentam grandes pretensões com suas práticas, ou mesmo nenhuma além de ocupar seus alunos com alguma atividade. Tornaram-se administradores de material didático, o que não justificaria uma formação superior para tal

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

exercício. Em alguns casos justificam sua “não-aula” pelo propósito de compensar o cansaço ou o tédio dos alunos produzido nas disciplinas consideradas “sérias”. Desta postura derivam os adjetivos rola bola, largobol, aula matada, pedagogia da sombra... (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2006; MACHADO et al., 2010). Obviamente, através de uma análise superficial, não é possível apontar os fatores que causam o fenômeno do abandono docente, visto que o mesmo é multifatorial, porém, “abandonar” a profissão mesmo “estando nela”, dentre outras diversas e distintas questões, indica claramente a ideia de “não saber para onde ir”.

Dessa forma, refletir acerca da especificidade da EFE numa escola republicana e democrática, torna-se um ótimo exercício para descobrirmos para onde devemos ir, e, sabendo para onde ir, temos condições de planejar, estruturar e organizar o percurso. Entendemos que um grande desafio a ser enfrentado pela EF reside em se alinhar aos propósitos republicanos que regem a Educação Básica brasileira: “possibilitar às novas gerações a preservação e a reconstrução da herança científica e cultural acumulada pela humanidade sob a forma de conhecimentos sistematizados” (BRASIL, 2015, p. 95).

Ou seja, estruturar, sistematizar e complexificar os conhecimentos na EFE envolve uma mudança de postura no planejamento e intervenção da disciplina, abandonando a perspectiva meramente prática, de atividade, do “exercitar-se” para um componente curricular preocupado com as questões além dos aspectos motores/físicos/rendimento das práticas corporais. Em outras palavras: é preciso pensar uma disciplina que além do fazer, dê conta do saber acerca desse fazer.

Nesse sentido, para Fensterseifer e González (2009), é preciso pensar a responsabilidade social, que pedagogicamente a EF precisa responder vinculada à escola, e, que tem uma contribuição específica na ampla tarefa de educar as novas gerações, levando em conta a especificidade dos conhecimentos pelos quais, esse componente curricular necessita dar conta. Sendo assim, a EFE tem a incumbência de, ao longo dos anos escolares, responder pela especificidade dos conhecimentos relativos à cultura corporal de movimento, tratando-os pedagogicamente, vinculado ao sentido da escola à qual está inserida.

Reconhecemos ser essa, uma tarefa de significativa complexidade, e que demanda segundo Fensterseifer e González (2013), desafios de ordem político-pedagógico, do qual decorrem os desafios não menos importantes, de caráter didático-metodológico. Tais desafios, a priori não possuem uma única resposta, e tampouco, tais respostas estão dadas, mas, para elaborar algumas possibilidades, é necessário do esforço coletivo de todos os envolvidos. Além de esforço coletivo, concordamos com Bracht et. al. (2007) ao afirmar que pensar e repensar a EFE impõe-se como uma tarefa permanente para a área.

Avançando na questão da especificidade da EFE na condição de disciplina, a mesma tem, em nosso entendimento, como finalidade formar indivíduos dotados de capacidade crítica em condições de agir autonomamente na esfera da cultura corporal de movimento e auxiliar na formação de sujeitos políticos, munindo-os de ferramentas que auxiliem no exercício da cidadania (GONZÁLEZ E FENSTERSEIFER, 2010; BRACHT E GONZÁLEZ, 2014). Ou seja, “tratamos de uma dimensão da cultura e temos uma responsabilidade com o conhecimento produzido em torno dela, algo, portanto que vai muito além do exercitar-se” (GONZÁLEZ E FENSTERSEIFER, 2010, p. 12). E, a EFE, na perspectiva de Betti (2013) é uma prática pedagógica que visa a apropriação crítica de sua especificidade de conhecimentos: os temas relacionados a cultura corporal de movimento.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Nos somamos aos que pensam (BRASIL, 1998; DARIDO E RANGEL, 2008; BETTI, 2013) que a EFE é entendida como uma disciplina que tem por finalidade introduzir, integrar e propiciar aos estudantes a apropriação crítica da cultura corporal de movimento, durante a Educação Básica, formando o cidadão que vai usufruir, compartilhar, produzir, reproduzir e transformar as manifestações que caracterizam a área (formas culturais do exercício da motricidade humana), como os jogos, esportes, danças, lutas/artes marciais, atividades rítmicas/expressivas, ginásticas, práticas da aptidão física e práticas corporais alternativas, em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. Algo muito além de “atividades físicas” na escola.

De certa forma, impulsionados pelo movimento renovador, quiçá os professores que se identificaram e se filiaram a este movimento, durante longos anos, sonharam com o reconhecimento da área no ambiente escolar. Em outras palavras, lutou-se pelo reconhecimento do “ser professor” de um componente curricular, de uma disciplina igual as demais (na perspectiva de possuir um saber específico a tematizar e ensinar no ambiente escolar, porém, entendemos que a EFE, não é uma disciplina escolar igual às demais pela forma como desenvolve- ou deveria desenvolver - sua intervenção pedagógica). E, o “sonho de infância” se realizou, e, agora, é necessário dar conta desse sonho. Sendo assim, para fazer jus à condição de componente curricular obrigatório na Educação Básica a que “fomos lançados” pelos marcos legais, a EFE deve “[...] tratar das possibilidades de movimento dos sujeitos, representações e práticas sociais que constituem a cultura corporal de movimento, estruturada em diversos contextos históricos e, de algum modo, vinculadas ao campo do lazer e da saúde” (GONZÁLEZ E FRAGA, 2012, p. 43). E continuam os mesmos autores, a EFE “deve favorecer o processo de apropriação, problematização e uso criativo por parte dos alunos” (p. 43) dos conhecimentos que estão “na ordem do dia”.

No documento da BNCC, está claro que a responsabilidade da EFE, é:

[...] tratar das práticas corporais na escola como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, assegurando aos/às estudantes a construção de um conjunto de conhecimentos necessários à formação plena do cidadão. Desse modo, cabe a esse componente curricular problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos/significados que os grupos sociais conferem às diversas manifestações da cultura corporal de movimento, não se limitando, apenas, a reproduzi-las (BRASIL, 2015, p. 95).

Sendo assim, retomamos a ideia iniciada na introdução deste texto, em que cada uma das manifestações relativas à cultura corporal de movimento oportuniza ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências que não seriam possíveis de outra forma, ou em outra disciplina. A vivência dessas práticas corporais é uma forma de gerar um conhecimento particular, específico e insubstituível. Caso seja negado ao estudante a possibilidade de experimentar e de interpretar as múltiplas formas expressivas da linguagem corporal, diretamente, anula-se a oportunidade de perceber o mundo e a si próprio de um modo singular (BRASIL, 2015). E, entendemos que dar conta disso, é o grande desafio que constitui a especificidade da EFE na atualidade.

Pensar e refletir acerca da especificidade da EFE é algo de extrema complexidade. Afirmamos isso, pois dependendo do ponto de vista e da concepção de cada um, as funções que a mesma tem no contexto escolar podem ser distintas. Sendo assim, para poder encontrar o “norte”, o caminho a ser

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

seguido pela EFE ao longo dos anos escolares, entendemos que o fio condutor para essa empreitada deva ser dado pela legislação educacional vigente, que, em nosso caso, concebe a EF como um componente curricular obrigatório na Educação Básica. Porém, a forma como um componente curricular pode ser concebido também é passível de interpretações.

Diante do exposto, conceituamos um componente curricular, da mesma forma que Saviani (1994) citado por Pirollo et. al (2014), como sendo a forma de organização dos conteúdos de ensino em cada nível, ano, ciclo ou série do percurso escolar. E da mesma forma que Souza Júnior (2001) também citado por Pirollo et. al, entendemos que um componente curricular constitui-se como um elemento da organização curricular da escola, que em sua especificidade de conteúdos, traz uma seleção de conhecimentos que ao serem sistematizados e organizados, devem proporcionar aos estudantes uma reflexão da cultura e que aliado a outros elementos da organização curricular, visam contribuir com a formação cultural do aluno.

4. Conclusões transitórias

De acordo com o exposto até este ponto, questionamos: qual seria a especificidade da EFE numa sociedade republicana e democrática? Fazendo o exercício da síntese, procuramos encaminhar uma possível resposta (sempre em caráter transitório), sem finalidade prescritiva, mas propositiva e encharcados com possibilidades reflexivas. Entendemos como peça chave para a EFE (ou qualquer outra disciplina), ao longo dos anos escolares, debater, vivenciar, sentir, experimentar e problematizar os distintos temas e conhecimentos de sua especificidade (na EF trata-se das práticas corporais relacionadas à cultura corporal de movimento), potencializando nos estudantes a emancipação intelectual e a formação de sujeitos políticos, favorecendo a tomada de decisões autônomas acerca de cada assunto desnaturalizado, desvelado. Ainda, no que concerne à EFE, os conhecimentos da cultura corporal de movimento, ao longo dos anos escolares, tomando emprestada a ideia de González e Fraga (2012) necessitam ser desenvolvidos na perspectiva dos saberes corporais e conceituais.

Os saberes corporais estão relacionados a um “saber fazer”, ou seja, os estudantes devem vivenciar corporalmente, em maior ou menor grau, as distintas práticas corporais elencadas no planejamento curricular. Em contrapartida, os saberes conceituais estão relacionados ao “saber acerca desse fazer” e devem ser tematizados procurando constantemente tensionar os elementos técnicos e críticos de cada conhecimento/conteúdo. Acreditamos que, dentre outras coisas, desenvolvendo a EFE desta forma, possibilitaria legitimá-la enquanto uma disciplina educativa.

Finalizamos, afirmando que a escola, através das disciplinas escolares, e neste caso especificamente a EF, pensando em cumprir com sua função de socialização secundária (SAVATER, 2012), deve “combater” a reprodução alienada e a “dogmatização” de determinadas interpretações acerca dos distintos assuntos com isonomia e tendo como fio condutor o bem comum, mas, tomando cuidado para não “combater” um dogma criando outro. Para concluir questionamos: como poderíamos dar conta disso na disciplina de EF? A resposta para esta pergunta, deve ser elaborada pelos próprios professores de EF em seus distintos contextos de intervenção.

5. Palavras-chave: Educação Física escolar; Abandono Docente; Escola Republicana.

6. Agradecimentos

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Ao Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências e ao Prosup/Capes pelo financiamento.

7. Referências bibliográficas

BAGNARA, Ivan Carlos. O diálogo entre a teoria acadêmica e a prática pedagógica em Educação Física escolar. Salão do Conhecimento. XIX Jornada de Pesquisa. Ijuí: Unijuí, 2014. Disponível em: www.revistas.unijui.edu.br. Acesso em 01 de julho de 2016.

_____. Educação Física escolar e Planejamento Pedagógico: os (des) caminhos da relação entre a formação inicial e intervenção pedagógica. Salão do Conhecimento. XX Jornada de Pesquisa. Ijuí: Unijuí, 2015. Disponível em: www.revistas.unijui.edu.br. Acesso em 01 de julho de 2016.

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Intervenção pedagógica em Educação Física escolar: um recorte da escola pública. Motrivivência: Florianópolis, 2016 – no prelo.

BETTI, Mauro. Educação física escolar: ensino e pesquisa-ação. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

BRACHT, Valter et. al. Pesquisa em ação: educação física na escola. 3ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BRACHT, Valter; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação Física Escolar. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Dicionário Crítico de Educação Física. 3ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014, p. 241-247.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. 9ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Função da Escola Pública. In: SANTIAGO, Anna Rosa Fontella; FEIL, Iselda Teresinha Saude; ALLEBRANDT, Lídia Inês. O curso de Pedagogia da UNIJUI – 55 anos. Ijuí: Unijuí, 2013, p. 123-147.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Desafios da legitimação da Educação Física na escola republicana. Dourados, MS. Horizontes - Revista de Educação. V. 1, n. 2, jul./dez., p. 33-42, 2013.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Educação física e cultura escolar: critérios para identificação do abandono do trabalho docente. In: Congresso de Educación Física: repensando la educación física, 2006, Córdoba. Actas del Congreso de Educación Física: Repensando la Educación Física. Córdoba: Ipef, 2006. p. 734-746.

_____. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do “não-lugar da EFE I. Cadernos de Formação RBCE, 2009: p. 9-24.

_____. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do “não-lugar da EFE II. Cadernos de Formação RBCE, 2010: p. 10-21.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. Afazeres da Educação Física na Escola: planejar, ensinar, partilhar. Erechim: Editora Edelbra, 2012.

MAAMARI, Adriana Mattar. A fundamentação filosófica da escola republicana. Contexto & Educação. Ijuí, ano XXIV, n. 82, p. 59-81, jul./dez, 2009.

MACHADO, T. S. et al. As práticas de desinvestimento pedagógico na educação física escolar. Movimento, Porto Alegre, v. 16, p. 129-147, abr./jun. 2010.

PIROLLO, Alda Lucia et al. Componente Curricular. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Dicionário crítico de Educação Física. 3ª ed. Ijuí: Unijuí, 2014, p.141-144.

RIBEIRO. Renato Janine. A República. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

SAVATER, Fernando. O valor de educar. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2012.

VERDUM, Priscila. Prática Pedagógica: o que é? O que envolve? Revista Educação por Escrito – PUCRS, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jul, 2013.